

# Compensações para a inadimplência

Barbosa Lima Sobrinho

**N**ÃO se pode dizer que o pagamento da dívida externa do Brasil se tenha feito sempre nos prazos estabelecidos nos respectivos contratos. De certo pela responsabilidade ou impossibilidade do devedor. Mas muitas vezes sem qualquer surpresa do credor, que sabia encontrar meios para obter compensações talvez mais úteis e lucrativas que o próprio cumprimento da letra dos compromissos. Na verdade, nunca os banqueiros pecaram por inocência, ou descuido. Tinham meios de sobra para conhecer a situação dos devedores, no mercado de divisas, o que vale dizer no mercado das moedas de curso internacional. Tanto mais quando a inadimplência abria espaço considerável à aceitação dos preços das mercadorias, fixados pelos mercados dominantes, que eram, exatamente, os dos países a que pertenciam os banqueiros, portadores dos títulos dos empréstimos. Que melhor clima se poderia encontrar para a aceitação, sem protestos, dos preços altos dos produtos industriais, em troca dos preços ínfimos proporcionados aos produtos primários dos países devedores?

Vale a pena observar que os banqueiros credores estão ligados a países ricos, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha, o Japão. Sem excluir a Suíça das contas numeradas. O devedor inadimplente se apresenta na posição de quem, não podendo pagar, contenta-se com um pleito de maiores prazos e novos empréstimos, que concorrem, apenas, para agravar a impossibilidade do pagamento. Nem se ouve falar em amortização, muito menos em redução da dívida existente. O que se vê é uma procissão de pedintes apressados na busca de novos empréstimos.

Já os técnicos das Nações Unidas nos mostravam que as oscilações dos preços de compra das matérias-primas, produzidas pelos países subdesenvolvidos, representavam, para eles, de 1956 a 1958, uma perda que foi calculada em dois bilhões de dólares anuais. É o que se lê no livro excelente de Frederico Clairmonte, publicado, traduzido, em Bogotá, com o título *Liberalismo y Subdesarrollo*, em 1963.

Não menos informado era o escritor uruguaio Eduardo Galeano, quando nos revelava que os centros de decisão, "em que os preços eram fixados, os mercados dominantes, eram exatamente os lugares em que estavam localizados os bancos credores, Washington, Nova Iorque, Londres, Paris, Amsterdam, Hamburgo". Observa ele que não adiantava assinar acordos internacionais para proteger os preços do trigo, do açúcar, do estanho, do azeite de oliva e do café, pois que "basta contemplar a curva descendente do valor relativo desses produtos para comprovar que os acordos não fizeram mais do que fornecer desculpas simbólicas para os países fracos", que não puderam fazer mais do que estender a mão, para receber os preços baixos estabelecidos para os artigos de sua produção. Cada vez, concluía Galeano, vale menos a produção da América Latina, enquanto não param de subir os preços das mercadorias fornecidas pelos países ricos.

Para comprovar essas afirmativas, lembra o autor que venho citando que o Uruguaio podia comprar um trator Ford em 1954 com a venda de vinte novilhas. Alguns anos mais tarde, tinha que fazer a mesma operação com o dobro das novilhas. E recordava estudos de economistas chilenos que, se mantidos os preços de 1928, se as importações dos Estados Unidos houvessem evoluído nas mesmas pro-

porções dos preços da exportação, a América Latina teria obtido, de 1958 a 1967, cerca de 57 bilhões de dólares, para acrescentar ao seu balanço comercial.

É pena que não sejam incluídos, nas contas dos banqueiros, os números dessa deterioração dos termos do comércio dos países devedores, uma vez que não podem deixar de ser consideradas como compensações para a inadimplência em que eles incorrem, entre outros motivos pela defasagem de preços entre o que importam e o que conseguem exportar para os mercados dominantes, que são também, por coincidência, os seus maiores credores. Tanto mais que as compensações não param nesse aspecto dos problemas das dívidas externas. Há que pensar também na situação cambial.

Haja vista o caso brasileiro. Quando, em 1964, devíamos cerca de três bilhões e meio de dólares, tínhamos que resgatá-los com um dólar valendo pouco menos de um cruzeiro. Agora, vinte anos depois, em 1985, para pagar empréstimos que haviam passado de 105 bilhões, contávamos com um dólar equivalente já, em 14 de março daquele ano, a 4 mil 160 cruzeiros. Uma situação que tende a se agravar, pois que o dólar congelado anda pela casa dos 14 cruzados e, no câmbio paralelo, exige o desembolso de 25 cruzados. Mesmo dando desconto ao valor das moedas, voltamos àquela situação dos novinhos do Uruguaio. As importações ficam mais baratas para o estrangeiro. Enquanto os salários brasileiros descem para o último lugar das estatísticas mundiais. Praticamente, quase de graça para o importador, e só para ele, pois que tudo se vai tornando mais difícil para o próprio brasileiro. E quem é beneficiado com essa situação cambial, senão as populações dos países em que se acham instalados os bancos credores do Brasil? Mas como melhorar essa situação, se as divisas que recebemos da exportação dos produtos nacionais não chegam para cobrir os dólares exigidos pelo nosso balanço de pagamentos? Não atenderá isso aos objetivos dos bancos credores? Não será essa a função primordial dos empréstimos feitos, quase sempre, acima da faculdade de pagar dos devedores? Não encontro outra explicação para justificar a liberalidade dos bancos que não ignoram, no seu cadastro, os limites do crédito dos países devedores. E acabam não correndo riscos maiores, uma vez que, por paus e por pedras, acabam recebendo o pagamento dos juros. Talvez nem desejem mais do que isso, como tributo de colônias eternas, para que se mantenha, sem interrupções, o quadro de países credores e de países devedores, encurralados os devedores numa situação cambial em declínio permanente, e já sujeitos à deterioração dos termos de comércio, sempre em proveito dos países credores.

São fatores menos circunstanciais do que estruturais do capitalismo universal, como se pode depreender de sua continuidade. Para prova da utilidade das inadimplências. Não raro tenho a impressão de estar ouvindo a famosa personagem de *O Mercador de Veneza*, Shylock, quando dizia, no drama de Shakespeare: "Se não pagar, quero o coração dele", reportando-se ao fiador do empréstimo vencido, e acrescentando: "Quero que sejam cumpridas as condições do meu contrato". E, em torno, uma platéia dando-lhe razão, piedosa e amiga. E o que me surpreende é verificar como é grande o coro das carpideiras de Shylock.

